

TENSÃO CRESCENTE

México reage a ameaça de Trump

Presidente mexicana, porém, evita aprofundar mal-estar com norte-americano, que declarou textualmente preparar ataque por terra contra cartéis de drogas no país vizinho. Claudia Sheinbaum fala em "fortalecer cooperação de segurança"

» PALOMA OLIVETO

Depois de o presidente norte-americano Donald Trump ameaçar "atacar por terra" cartéis de drogas no território mexicano, a presidente Claudia Sheinbaum disse que pretende "fortalecer a coordenação" do acordo bilateral de segurança entre os países vizinhos, com foco nos narcotraficantes. "Pedi ao chanceler Juan Ramón de la Fuente que entrasse em contato direto com o secretário do Departamento de Estado e, se necessário, conversasse com o presidente Trump para fortalecer a coordenação", declarou a presidente mexicana ontem, em sua coletiva de imprensa matinal.

Na quinta-feira à noite, Trump afirmou em uma entrevista à emissora Fox News que "os cartéis dominam o México", o que justificaria um ataque terrestre das tropas norte-americanas. Sem detalhar datas ou locais específicos, o norte-americano disse que a investida ocorreria após operações marítimas no Pacífico e no Mar do Caribe. Antes de capturar o presidente venezuelano e a primeira-dama, há uma semana, os Estados Unidos também realizaram incursões na costa da Venezuela visando, segundo o Departamento de Estado, narcotraficantes que enviam cocaína para o território norte-americano.

Segundo as regras do direito internacional, um país só pode invadir o outro em resposta a um ataque ou com a autorização do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). No caso venezuelano, ainda que o órgão não tenha sido consultado, a administração Trump justificou a missão militar afirmando que, no país latino, há grupos terroristas que colocam a segurança dos Estados Unidos em risco.

Embora o narcotráfico com fins financeiros não seja considerado terrorismo, em fevereiro do ano passado o governo norte-americano reclassificou diversos cartéis como "organização terrorista estrangeira", incluindo grupos da Venezuela e do México. Na

ocasião, o governo mexicano protestou, afirmando que a redesignação ameaçava sua soberania, já que poderia justificar uma intervenção norte-americana.

Extradição

Ontem, Claudia Sheinbaum ressaltou aos jornalistas que o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, teria afirmado numa conversa entre os dois que a coordenação de segurança que há entre os vizinhos é "boa". A presidente disse que reforçou as ações de combate ao narcotráfico na fronteira com os Estados Unidos e que extraditou dezenas de comandantes de cartéis para o país vizinho no ano passado. Sheinbaum tem reiterado ao longo da semana que não aceitará intervenções militares no México.

Na avaliação do analista político Luis Rubio, diretor do centro de avaliações políticas México Evalúa, a situação do México é diferente da venezuelana. "O governo dos EUA sabe que deve proceder com cautela em relação ao México, pois qualquer erro de cálculo teria repercussões diretas em território americano", diz. Segundo Rubio, até agora as autoridades de segurança norte-americanas têm sido cautelosas com o país vizinho, que, por sua vez, tem cooperado com questões do narcotráfico. "No entanto, a discussão sobre operações unilaterais americanas no México ganhou um novo fôlego após a Venezuela."

Um dia depois da invasão militar na Venezuela, Trump afirmou que "pressionou" Claudia Sheinbaum para permitir o envio de tropas norte-americanas ao México, oferendo que a presidente já havia rejeitado anteriormente. Na entrevista de quinta-feira, o mandatário não especificou se buscará autorização do Congresso para uma possível ação terrestre no país vizinho. Segundo a Constituição norte-americana, cabe ao parlamento permitir operações militares em outros países. No caso venezuelano, porém, Trump dispensou a consulta.

Julio Cesar AGUILAR / AFP

A presidente Claudia Sheinbaum apostou na contenção para responder às ameaças de Donald Trump — mas rejeita firmemente qualquer ação militar dos EUA

EDUARDO GALVÃO, professor de Políticas Públicas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e doutorando em relações internacionais na UnB

Ao justificar uma possível missão por terra no México para combater cartéis, Trump repete o roteiro do que aconteceu na Venezuela?

Quando a gente olha com um pouco mais de distância, dá para identificar um padrão no comportamento recente de Donald Trump. O que está acontecendo agora não começou com a Venezuela. Há uma linha de continuidade desde 2025, quando o governo passou a tratar o narcotráfico e grupos transnacionais como ameaças diretas à segurança dos Estados Unidos, ampliando operações navais e adotando uma retórica cada vez mais dura no hemisfério



Três perguntas para

Bruno Gaston/CB/D.A Press



oriental. A ação na Venezuela aparece como mais uma etapa desse movimento, sempre justificada pela ideia de combater o chamado narcoterrorismo e proteger a segurança interna americana. É dentro dessa lógica que surgem agora as falas sobre possíveis ataques em terra contra cartéis no México.

Há chances reais de o México ser atacado?

Trump chegou a mencionar explicitamente essa hipótese, associando o tráfico de drogas às mortes por overdose nos Estados Unidos. Ainda assim, as análises

mais sérias têm tratado essas declarações como parte de uma estratégia retórica, e não como um plano operacional pronto. Até o momento, não há detalhes técnicos, autorização do Congresso ou qualquer acordo com o país afetado, que são pré-requisitos básicos para uma ação militar externa de fato a acontecer. Entre esse tipo de retórica e uma intervenção militar real existe uma distância grande, marcada por custos políticos, jurídicos e diplomáticos que dificilmente seriam ignorados. O cenário mais plausível, ao menos por hora, é o

de pressão e barganha, não o de um ataque iminente.

Como o senhor avalia a reação do México?

Do lado mexicano, a reação foi imediata e firme. O governo deixou claro que não aceita, sob nenhuma hipótese, intervenção militar estrangeira em seu território. A presidente Claudia Sheinbaum reforçou princípios históricos da política externa do país, como soberania e não interferência, e destacou que a cooperação em segurança existe, mas não passa por militarização unilateral. É importante lembrar que o nível de integração econômica e diplomática entre México e Estados Unidos torna esse tipo de invasão direta algo extremamente complexo e com riscos políticos exponenciais. (PO)

UM PAÍS EM CHAMAS

Protestos tomam todo o Irã, e aiatolá afirma que "não cederá"

» ISABELLA ALMEIDA

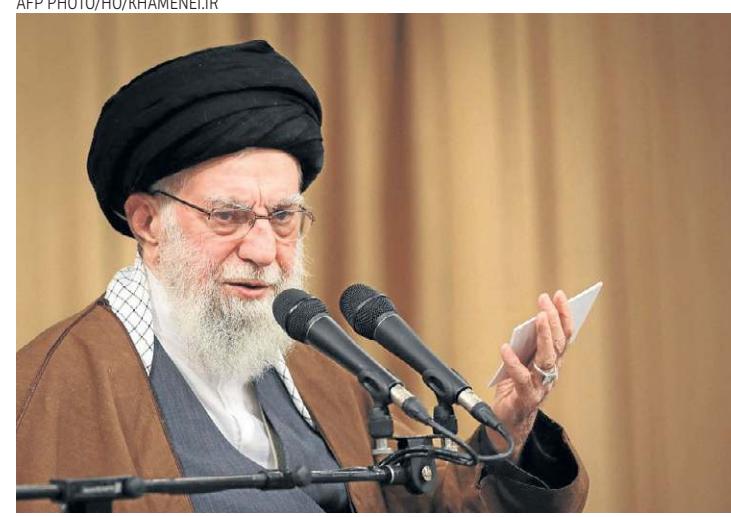
O líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, afirmou ontem que o país "não cederá" diante do avanço da onda de protestos que ameaçam a República Islâmica, no poder desde 1979. Gritando por "morte ao ditador", a população clama abertamente nas ruas de cidades de todas as 31 províncias do país pelo fim do sistema teocrático xiita. Já são quase duas semanas de um movimento inicialmente provocado pelo descontentamento com o alto custo de vida na região e pelo avanço da inflação.

"Ontem à noite (quinta-feira), em Teerã, um bando de vândalos veio destruir um edifício (...) para prestar homenagem ao presidente dos Estados Unidos", acrescentou o líder supremo. Diante de apoiadores, em discurso transmitido pela televisão estatal nessa sexta, Khamenei adotou tom incisivo. "A República Islâmica não cederá diante dos sabotadores", afirmou. Como parte da repressão, o regime iraniano derrubou o acesso à internet em praticamente todo o país. A ONG Iran Human Rights afirmou ontem que "ao menos 51 manifestantes" foram mortos pela repressão "nos primeiros 13 dias de uma nova onda de protestos".

O aiatolá afirmou que o "arrogante" Donald Trump é quem será "derrubado". Khamenei acusou Trump de ter as "mãos manchadas com o sangue de mais de mil iranianos". O comentário pareceu uma referência à guerra de 12 dias com Israel, em junho de 2025, da qual os Estados Unidos participaram ao bombardear instalações nucleares da República Islâmica.



Imagen de ação das forças de segurança iranianas contra protesto



Aiatolá Khamenei ataca "sabotadores" e culpa Donald Trump

Conforme Frederico Afonso, mestre em direito internacional e professor de direitos humanos, protestar é uma expressão política protegida. "O Estado pode impor limites, mas precisa demonstrar legalidade, necessidade e proporcionalidade. Apagões amplos de internet e uso de força letal costumam ser os pontos de maior fricção com padrões internacionais. Ainda sobre o apagão, o corte de conectividade não é só medida de segurança, acaba sendo ferramenta de controle narrativo e de coordenação social. Além de restringir direitos, dificulta auditoria independente."

O ministro iraniano das Relações Exteriores, Abás Arashchi, também se manifestou e acusou os Estados Unidos e Israel de ingerência. "Eles tentam transformar manifestações pacíficas em ações violentas", afirmou. Na quinta-feira, o presidente

norte-americano voltou a ameaçar "atingir duramente" o Irã caso as autoridades matassem manifestantes. "Estamos prontos para fazê-lo", disse Trump, que elogiou o "entusiasmo incrível (do povo) para derrubar esse regime".

Pedido a Trump

Reza Pahlavi, filho do xá deposto em 1979 e figura-chave da oposição no exílio, convocou ontem uma nova demonstração de força nas ruas para ampliar a mobilização e "enfraquecer ainda mais o poder repressivo do regime". O filho exilado do último xá, ditador apoiado pelos EUA, fez um apelo a Trump para interviver com urgência no país. "Sr. Presidente, este é um pedido urgente e imediato por sua atenção, apoio e ação. Por favor, prepare-se

para intervir e ajudar o povo do Irã", escreveu nas redes sociais.

Pahlavi, que vive na região de Washington, mencionou medidas como uso de apagão da internet e a ameaça de uso da força contra os manifestantes. "Convidei o povo a sair às ruas para lutar por sua liberdade e sufocar as forças de segurança. Ontem à noite eles o fizeram", publicou.

O chefe do sistema judicial iraniano, Gholamhossein Mohseni Ejei, por sua vez, alertou que a punição aos manifestantes será "decisiva, sem nenhuma compaixão legal". Enquanto isso, o braço de inteligência da Guarda Revolucionária, o exército ideológico do Irã, afirmou que "a continuação desta situação é inaceitável". Para a Guarda, proteger a revolução é sua "linha vermelha".

O discurso de Khamenei

ocorreu um dia após grandes protestos na capital iraniana.

Imagens verificadas pela agência de notícias AFP mostram multidões a pé desafiando o governo e motoristas buzinando em apoio ao movimento. Outros vídeos registraram manifestações em diferentes partes do país, incluindo Tabriz, no norte, a cidade santa de Mashhad, no leste, e regiões do oeste de maioria curda, especialmente nos arredores de Kermanshah.

Em outras mídias não verificadas, é possível ver manifestantes incendiando a entrada da filial regional da televisão estatal em Isfahan. Algumas imagens também mostram chamas no prédio da administração municipal de Shazand, no centro do país, após manifestantes se reunirem na região.

Maiores atos desde 2022

Essa onda de protestos no Irã é a maior registrada desde 2022, quando o povo tomou as ruas após a morte de Mahsa Amini, detida por supostamente usar o véu de forma inadequada. As novas manifestações acontecem no momento em que o Irã está enfraquecido após a guerra com Israel e os golpes sofridos por vários de seus aliados regionais. Em setembro de 2025, a Organização das Nações Unidas (ONU) reabriu sanções relacionadas ao programa nuclear do país.

Organizações de defesa dos direitos humanos acusam as autoridades iranianas de abrir fogo contra manifestantes, matando dezenas de pessoas desde o início dos protestos, em 28 de dezembro. Ainda ontem, a França solicitou às autoridades iranianas que "exercam a máxima moderação" em sua resposta às manifestações. Um dia antes, a Alemanha denunciou o governo iraniano pelo "uso excessivo da força contra manifestantes pacíficos" e instou as autoridades de Teerã a "respeitar suas obrigações internacionais" nessa área.

Frederico Afonso, mestre em direito internacional e professor de direitos humanos, faz uma projeção sobre o futuro do Irã. "Acredito que o mais provável é uma combinação de repressão com concessões econômicas pontuais. Isso pode reduzir o pico no curto prazo, mas não resolve os vetores estruturais, como a economia, a legitimidade e eventuais sanções que alimentam novas ondas."